



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 107

SÁBADO, 11 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 10ª SESSÃO, EM 10 de JULHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Excesso de informações tendentes a desviar o sentido da CPI do caso PC.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Anúncio do acordo da dívida externa com os bancos internacionais.

SENADOR ELCIO ÁLVARES — O problema da segurança de voo em nosso País.

SENADOR JOÃO FRANÇA — 101º aniversário do Município de Boa Vista—RR.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Presença de S. Exª em solenidades do Palácio do Planalto, nos dias 8 e 9 do corrente, relacionadas com a liberação progressiva de recursos para a solução de problemas sociais e incentivo

à atividade econômica. Transcrição nos Anais do discurso do Senador Albano Franco, proferido naquela ocasião.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 510/92, de autoria do Senador Elcio Álvares, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito, no dia 9 de julho de 1992, em cadeia nacional de rádio e televisão, pelo Senhor Presidente da República, acerca da conclusão do acordo com os bancos comerciais estrangeiros relativo à dívida externa brasileira.

1.2.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

— Nº 42, de 1992

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 10ª Sessão, em 10 de julho de 1992

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Epitácio Cafeteira e Magno Bacelar

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — Beni Veras — Eduardo Suplicy — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Jonas Pinheiro — Magno Bacelar — Mauro Benevides — Meira Filho — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores, que a semana entrante será das mais movimentadas no Senado Federal, a julgar pelos requerimentos de urgência já aprovados para importantes ma-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

térias e outras que, após a manifestação das comissões permanentes, deverão ser submetidas à deliberação do Plenário da Casa: o Projeto de Lei da Câmara, oriundo do Poder Executivo, regulamentando o art. 37, inciso VIII, que trata da isonomia dos servidores civis e militares da União; mensagem relativa à proposta de crédito externo de 50 milhões de dólares norte-americanos, também, em regime de urgência; Mensagem de nº 238, para contratar operação de crédito no valor de até 120 milhões de dólares, em regime de urgência e um ofício da Prefeitura do Rio de Janeiro, sobre Letras Financieiras a serem colocadas no mercado, também em regime de urgência.

São quatro proposições com urgência definida, que deverão ser apreciadas na segunda e terça-feira vindouras.

Aqueles Srs. Senadores que irão se deslocar aos seus respectivos Estados, a Presidência solicita que retornem a Brasília, impreterivelmente, até o meio-dia, da próxima segunda-feira ou, o mais tardar, até às 18 horas.

É provável que na segunda-feira façamos uma sessão extraordinária, para apreciar toda essa pauta. É o apelo da Presidência a todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, primeiro orador inscrito.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação brasileira acompanha apreensiva os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes nas ações do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

Interessante a trajetória da Comissão, Sr. Presidente, Srs. Senadores!

A CPI nasceu sob a égide da controvérsia. Já de início surgiram postulações referentes à sua composição. Arguiu-se que não estava sendo respeitado o princípio da proporcionalidade, previsto no art. 58, § 1º, da Constituição Federal, bem como no art. 10 do Regimento Comum, cujo conteúdo normativo acha-se repisado no art. 78 do Regimento Interno desta Casa. Lembro, a propósito, o recurso interposto pelo nobre Senador Amazonino Mendes, ainda pendente de solução.

Se a criação da CPI não foi tranqüila, seu desenrolar conheceu, também, algumas turbulências, que podem colocar em risco seus resultados, caso medidas corretivas não sejam adotadas com a urgência necessária.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, permito-me lembrar, como se necessário fosse, o mandato da CPI, criada em 27 de maio de 1992, para apurar fatos contidos nas denúncias do senhor Pedro Collor de Mello, referentes às atividades do senhor Paulo César Cavalcante Farias, capazes de configurar ilicitude penal.

Vale recordar, também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que as CPI são criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

É o que prevê a própria Constituição Federal!

Enquanto a CPI começava a atuar no cumprimento de seu mandato, ouvindo os principais depoentes diretamente envolvidos, ou seja, o senhor Pedro Collor de Mello e o senhor Paulo César Cavalcante Farias, a sociedade brasileira começou a ser bombardeada por alguns órgãos de imprensa, com uma onda crescente de denúncias, quase sempre baseadas em fontes imprecisas, com declarações calcadas em hipóteses, com discussões ociosas e alarmistas. Tudo isso com o claro objetivo de alterar o rumo das investigações, de mudar o próprio mandato para o qual a CPI foi criada.

Assim, alarmada e perplexa, a sociedade brasileira passou a assistir a uma estranha competição entre certos órgãos de imprensa na busca da manchete mais alarmista, da denúncia mais contundente, da elocubração mais fantasiosa, da conclusão mais precipitada.

A cada semana, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a sociedade se sentia acuada, diante de insinuações passadas como fatos e de indícios vendidos como provas.

De repente, a sociedade teve a impressão de que a CPI pareceu deixar de conduzir os acontecimentos e começar a ser pautada por certos órgãos de imprensa em suas investigações, indo a reboque das manchetes.

A cada notícia desse tipo, as bolsas de valores caíam, o dólar subia e os pobres perdiam.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não quero discutir e nem se discute o dever da imprensa de satisfazer a curiosidade e o interesse do público por informações a respeito dos temas nacionais.

O desenrolar do caso sob exame da CPI do Congresso Nacional não constituiria exceção. Discute-se, porém, a avalanche de informações tendentes a desviar o foco da CPI do mandato para o qual foi criada, extrapolando para pessoas e situações que transcendem o seu objetivo.

O Presidente da República tornou-se, assim, sem disfarce, o alvo de toda a investigação.

Quantas discussões sobre a figura do **impeachment**!

Quantas matérias sobre sucessão na Presidência, em caso de renúncia do Presidente, como se essa fosse iminente!

Quanta declaração de personagens à busca dos 15 minutos da glória efêmera!

Quanta discussão ociosa e extemporânea, como se o País nada tivesse a fazer com seu tempo!

É preciso que a CPI não se perca, Sr. Presidente, Srs. Senadores. É preciso que a CPI não se deixe guiar pelos que desejam a continuação da campanha presidencial de 1989 por outros meios.

É preciso que a CPI não se torne o resultado de interesses contrariados e privilégios prejudicados pelo atual Governo e nem do ressentimento dos perdedores.

É preciso que a CPI não se deixe envolver pelos surfistas do caos.

É preciso que a CPI, nobres Senadores, não busque a promoção de espetáculos! É preciso, sim, que a CPI não perca a oportunidade de esclarecer certas práticas administrativas que depõem contra a credibilidade do voto; que mantenha a objetividade; que não se disperse em todas as direções; que desestime o exibicionismo e a palpitologia de alguns dos seus membros. É preciso que mantenha firme o leme no rumo do seu mandato, a fim de não sucumbir às circunstâncias que fugiram ao seu controle.

Mais do que isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso que a CPI se mantenha no objetivo para o qual foi criada, não só para a preservação da instituição das Comissões Parlamentares de Inquérito como instrumento hábil de investigação, mas, também, para a preservação do próprio Congresso Nacional.

Não se pode abandonar as garantias individuais como valores básicos que devem presidir qualquer investigação ou julgamento, ainda que em nome de qualquer valor, por mais alto que seja. A dignidade humana é um dos fundamentos do Estado brasileiro.

A CPI já reuniu informações, já procedeu às diligências cabíveis, num clima de ampla liberdade. Urge que conclua seus trabalhos dentro dos limites para que foi criada, que apresente propostas de reformulação legislativa, se for o caso, que enfrente a necessidade da modificação de práticas eleitorais convenientemente aceitas por partidos e candidatos.

A sociedade brasileira quer a verdade, mas deseja também ter condições de tranquilidade para trabalhar. Não aceita a paralisia do País causada pelos pregadores do caos, nem o emperramento dos trabalhos do Congresso Nacional, onde aguardam neste momento, 22 projetos da maior importância para o País.

São esses, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as considerações que me ocorrem e que me permito expressar na condição de cidadão, de parlamentar, de homem preocupado com os destinos do País e com a dignidade do Congresso.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Valmir Campelo, V. Exª traz a tribuna, na manhã de hoje, assunto que realmente já exauriu a expectativa e talvez até mesmo a paciência da população brasileira: a busca dos responsáveis pelo escândalo

da desestabilização das Instituições, feita muitas vezes irresponsavelmente, porque as acusações, quando estampadas na imprensa, já representam a condenação dos acusados. V. Exª disse muito bem que, para todo o País, o mais importante é a busca da verdade. Mas não se pode esquecer que o País precisa continuar trabalhando, precisa continuar a busca do seu desenvolvimento para minorar a situação aflitiva de quantos estão por este Brasil afora vivendo na miséria. Ainda ontem, o Senador Beni Veras fazia um pronunciamento nesta Casa, mostrando a marginalização cada vez maior da população brasileira. É necessário, nobre Senador, que o Governo também busque soluções. Ontem, cheguei de viagem e li a notícia de que se tinham liberado recursos para a agricultura, para a irrigação, para a casa própria. Li também a notícia da composição da dívida externa com os bancos estrangeiros. É isso que o Governo precisa buscar imediatamente, trabalho que o Presidente vem pregando nas mensagens dominicais, tais que estampa nas camisas que usa. O Congresso Nacional tem consciência de que a CPI instaurada deve buscar a verdade. Mas o que nos trouxe aqui não é somente o fim investigatório, não é somente o escândalo que move muitas atitudes verificadas diuturnamente no País. O que nos trouxe aqui foi a busca de soluções para o povo brasileiro, a busca do desenvolvimento do nosso País. Neste ponto estou de acordo com V. Exª. Hoje, verifiquei que, pela primeira vez depois de longo tempo, os jornais não tiveram em suas manchetes escândalos e notícias que denigrem a dignidade das Instituições brasileiras. Cumprimento V. Exª pela atitude e pelo pronunciamento de hoje.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com muito prazer, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Valmir Campelo, V. Exª fala da necessidade de insenção nos trabalhos da CPI e menciona que teria havido atitudes que não teriam contribuído para o desvendar dos fatos da forma mais isenta possível. V. Exª chegou a dizer que alguns parlamentares estariam na CPI, mais procurando aparecer do que propriamente realizar um trabalho sério. Como V. Exª fez uma observação de natureza geral, eu lhe solicitaria que especificasse melhor, com exemplos, em que circunstâncias avaliou que houve um desvio de procedimento por parte de qualquer parlamentar. Senador Valmir Campelo, tenho observado, da parte de alguns Senadores e Deputados, ao fazerem muitas perguntas ou muitas observações, ou ao realizarem um trabalho querendo descobrir um fato novo, ou de trazerem uma nova informação, ou a intenção de, com isso, poder dar alguma entrevista, ou de fazer com que sua atuação seja registrada na imprensa. Então, agora isso, quando pode um parlamentar realizar um trabalho sério e relevante e ser assim considerado? Só quando a imprensa não registra o que ele faz? Ou como pode um parlamentar exercer bem a sua função e, ao mesmo tempo, evitar que a imprensa registre o seu trabalho, se os jornalistas considerarem relevante o que ele faz? V. Exª também observou que a CPI já estaria com seus trabalhos quase concluídos, que ela já poderia dar por encerrados os depoimentos e fazer logo o relatório. Permita-me, Senador Valmir Campelo, observar que o número de fatos novos que estão surgindo relacionados ao objeto da CPI — as atividades do Sr. Paulo César

Cavalcanti Farias — é tão grande que vai ser até difícil completar o trabalho no dia 11 de agosto. Da minha parte, e acredito que da parte de todos os membros da CPI, tudo faremos para concluir o trabalho até essa data. Veja V. Ex^a que, ainda hoje, a *Folha de S. Paulo* publica que o patrimônio do Sr. Paulo César Cavalcanti Farias aumentou de 1990 para 1991 em 70 vezes: cresceu de 671 mil dólares para 5 milhões de dólares. Não é à toa que ele, tendo pago no ano anterior algo em torno de 100 mil dólares, este ano veio a pagar um milhão e meio de dólares. É estranho que num país onde a maioria dos brasileiros se empobreceu, onde a renda per capita diminuiu nesses últimos dois anos, exatamente aquela pessoa, que foi o coordenador administrativo e financeiro da campanha do Presidente Fernando Collor de Mello, tenha conseguido acumular um patrimônio simplesmente extraordinário. E surgem mais e mais informações de como esse senhor, junto a empresários, captava recursos para a campanha. Agora, por exemplo, estão sendo revelados fatos novos. Ainda ontem, o Sr. Emílio Odebrecht revelou à Polícia Federal que só as empresas do grupo Norberto Odebrecht deram para a empresa EPC, do Sr. Paulo César Farias, para fins de campanha eleitoral, nada menos do que um bilhão de cruzeiros. Já segundo o jornalista Jânio de Freitas, no depoimento feito junto à Polícia Federal — ainda estamos por saber se foi na parte levada a termo ou apenas na parte informal — o Sr. Antônio Ermírio de Moraes teria revelado que, há dois ou três meses, fez um pagamento significativo à empresa EPC do Sr. Paulo César Cavalcanti Farias. Parece que outros empresários fizeram o mesmo. Ora, trata-se de fato extremamente grave. Até mesmo o Presidente Mauro Benevides, quando soube dessa informação publicada ontem pelo jornalista Jânio de Freitas, houve por bem solicitar o esclarecimento disto e pediu à CPI que o fizesse. A CPI solicitou à Polícia Federal que encaminhasse o depoimento para esclarecer. De forma que, nos próximos dias, poderemos ver o que realmente aconteceu. Mas surgem, também, evidências de que esse Sr. Paulo César Farias operava com doleiros; as suas secretárias Rose e Marta mantinham contatos com doleiros que faziam operações as mais estapafúrdias. As suas secretárias Rose e Marta estão procurando adiar o seu depoimento através de atestados médicos. Há indícios de que a Sra. Ana Acioli, Secretária do Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, recebia depósitos efetuados pela Rosinete Silva de Carvalho Melanias; essa misteriosa Rose, Secretária do empresário Paulo César Farias. Os fatos são de tal gravidade que fica muito difícil, simplesmente, estar acusando aqueles que querem fazer um trabalho sério, de membros do "sindicato do golpe" — isso não foi o que V. Ex^a mencionou hoje. Mas, agora, refiro-me às palavras do Presidente Fernando Collor de Mello que, ao invés de vir aos meios de comunicação explicar as contradições de suas próprias palavras, resolve fazer acusações, crendo que são aqueles que perderam as eleições que querem, a todo o custo, derrubá-lo do poder. Quero esclarecer, Senador Valmir Campelo, com todo o respeito, o ponto de vista do Partido dos Trabalhadores — falo agora do PT — porque, ainda ontem, segundo o Deputado Nelson Marquezelli, o Presidente da República teria feito uma referência ao meu Partido. Nosso Partido foi dos primeiros a lutar, a mobilizar a população pelas eleições livres e diretas para a Presidência da República. Muitos de nós fomos às ruas batalhar pelas eleições diretas, muito antes do que, por exemplo, o Sr. Fernando Collor de Mello. Temos o maior respeito pela instituição da Presidência da República, mas não podemos aceitar que um Presidente, por exemplo, falte

com a verdade para com o povo brasileiro. Não podemos aceitar que um Presidente não seja incisivo na sua condenação a essas práticas de tráfico de influências, que estão praticamente coletadas pela CPI. Claro, há evidências sobre qual a fonte de poder que permitiu ao Sr. Paulo César Cavalcanti Farias realizar essas operações, que já se delineiam como ilicitudes penais. Isto é algo que constitui o ponto crucial para a CPI. Mas, tenho certeza, Senador Valmir Campelo, que os membros da CPI estão realizando um trabalho sério, isento e responsável. Inclusive, tem sido séria, e reconhecida pelos membros da CPI, as atitudes do Presidente Benito Gama, que é do PFL, e as do Senador Amir Lando, que é do PMDB e nosso colega nesta Casa.

O SR. VALMIR CAMPELO — Agradeço a V. Ex^a pelas suas palavras, mas quero esclarecer que, em nenhum momento, falei que estariam alguns membros da CPI tentando não desvendar alguns assuntos referentes àquela Comissão Parlamentar Mista, mesmo porque, como titular, estou presente e não faltei a nenhuma reunião. Até agora, constato e sou testemunha disso. De forma que V. Ex^a deve ter entendido mal. Recentemente, disse, que é preciso que alguns membros da CPI não busquem a promoção. V. Ex^a me pergunta quanto à promoção pessoal e até me pede que eu cite alguns nomes. Não há necessidade, nobre Senador. V. Ex^a sabe, perfeitamente, que, no início dos trabalhos da Comissão, antes mesmo de a Comissão convocar determinados depoentes, alguns membros já andavam com esses depoentes dentro de seus próprios automóveis, antecipando-se, até mesmo, a uma decisão da CPI. Outro fato, também, nobre Senador, quero deixar bem claro: é ponto pacífico que há a divulgação do que acontece até mesmo nas nossas reuniões secretas. Só há Parlamentares presentes, porque nenhum funcionário se encontra lá, mas no dia seguinte, até a votação dos Parlamentares é conhecida pelos jornais. Será que os jornais estão presentes nas reuniões secretas? Será que algum Parlamentar não está passando assuntos secretos dentro de uma reunião, dando até o nome do colega que votou contra ou a favor de determinado assunto? Será que isto não é mídia? Será que isto é correto? Será que isto é honesto? É a isto que me refiro, e sustento tudo o que disse porque, acima de tudo, volto a repetir, está a dignidade do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epiácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Epiácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente Fernando Collor de Mello e o Ministro Marcílio Marques Moreira anunciaram, ontem, que o Governo brasileiro concluiu um acordo com os bancos comerciais estrangeiros, a quem devemos cerca de 44 bilhões de dólares — quase a metade da nossa dívida externa — cujo total alcança 120 bilhões de dólares. Diz o Presidente da República que foi um bom acordo, que foi negociado de forma digna e soberana, seguindo, sempre, a vontade dos

representantes do povo, como manda a nossa Constituição. O Senado Federal ainda irá examinar os termos desse acordo.

O acordo fechado prevê seis mecanismos alternativos, sendo que os bancos, segundo informa o Presidente, tenderão a concentrar-se em duas opções que representam avanços importantes para nós.

Eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente Eptácio Cafeteira e Srs. Senadores, que, dada a circunstância de o Governo brasileiro, em especial, o Presidente Fernando Collor de Mello, estar vivendo uma situação bastante crítica, internamente, havia a necessidade de apresentação de um fato político de grande importância, para tentar um fortalecimento político. O que é necessário averiguar é se o Governo brasileiro, no afã de conseguir alcançar esse fato político positivo, que pudesse fortalecer o Presidente da República, não chegou a ceder em demasia aos credores internacionais.

Diz o Presidente que, na primeira opção, poderão os credores privados preferir ter a nossa dívida a juros de mercado, mas sendo obrigados a nos oferecer um abatimento na nossa dívida de 35%, o que significaria, para uma dívida de 44 bilhões de dólares, caso todos optassem por esta alternativa, que ela seria reduzida pura e simplesmente em nada menos do que 15,4 bilhões de dólares!

Ora, é preciso estudar-se efetivamente qual o desconto efetivo, porque, muitas vezes, o desconto anunciado, digamos de 35%, pode conter contrapartidas tais como o fato de o Brasil precisar comprometer parte de suas reservas, precisar também se comprometer a financiar, com novos empréstimos, uma parte da dívida; precisar também fazer operações domésticas que resultem em obrigações que possam dificultar o equilíbrio financeiro doméstico. Se isso ocorrer, é possível que o desconto de 35%, na verdade, não seja exatamente esse.

Explica o Presidente que na segunda opção, caso os bancos não concordem com esse desconto de 35%, eles se comprometem a ceitar uma taxa de juros fixa em torno de 6% ao ano e ainda fazer uma redução desses juros nos próximos sete anos.

Com isso, caso o mercado internacional volte a ter taxas, como já aconteceu no passado de até 19% ao ano, o risco é todo deles, pois nós estaremos protegidos por aquele teto máximo de 6%.

É preciso assinalar que a taxa de juros vigente está abaixo de 6%. Aqui eu não contaria tanta vantagem, porque a taxa de juros tem estado abaixo de 5%.

De acordo com o Presidente, serão 30 anos de tranquilidade na área cambial com uma vantagem adicional, pois só teríamos que pagar os juros, os 100% do principal devido, no fim daquele período; serão saldados por meio de entrega dos próprios títulos que agora estão sendo oferecidos como garantia.

O Presidente da República disse que, antes mesmo de fecharmos o acordo de ontem, o Brasil já estava retornando ao mercado internacional de créditos e que os números são claros porque, enquanto em 1990 os recursos que vieram do exterior foram de 5,3 bilhões de dólares; saltaram para 11,6 bilhões de dólares e, neste ano de 92, apenas nos quatro primeiros meses, já tínhamos recebido 6,2 bilhões de dólares.

Quero ressaltar aqui que os números relativos aos anos de 1990 e 1991 sobre ingresso de recursos do exterior são aproximadamente os mesmos do volume de recursos enviados ao exterior e pagos pelo setor público da economia brasileira. Esses valores saltaram de 5,5 bilhões de dólares em 1990 para 10 bilhões, 990 milhões de dólares em 1991, ou seja,

num período em que a economia brasileira cresceu relativamente pouco, a tal ponto de a renda *per capita* ter diminuído, ocorreu um salto de 95% na remessa de pagamentos feitos pelo setor público e que, praticamente, contrabalançou a entrada de recursos vindos do exterior.

Mas o que vamos ter de examinar com muita atenção é se, efetivamente, está-se cumprindo as normas da Resolução nº 82, do Senado Federal, que limita os pagamentos ao exterior à nossa capacidade interna de pagamentos. Eu já havia assinado, por volta de abril, quando nós apreciamos o acordo com o Clube de Paris, que não seria tão fácil ao Governo cumprir as metas, em 1992, da realização de um superávit primário da ordem de 3% do PIB, de um endividamento interno da ordem de 1,5% do PIB e de um senhoriagem de 1,5% do PIB. Inclusive, dada a dificuldade de se ter essas metas, dado o fato de que o endividamento interno estaria por ir além de 1,5% do PIB, mais próximo de 2 a 3%, dado o fato de que o senhoriagem tende a ir além de 1,5% do PIB, aproximando-se de 2 a 3%, estes elementos vão contribuir para, em primeiro lugar, aumentar o endividamento interno; ou seja, o lançamento de títulos no mercado a taxas de juros relativamente altas aumentará a recessão.

Por outro lado, o senhoriagem acima do que o próprio Governo previu, contribui para que a compatibilização dos preços se dê num nível de crescimento maior do que o que o Governo estava prevendo.

O Sr. Elcio Álvares — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Concederei o aparte em poucos segundos, nobre Senador Elcio Álvares, quero apenas citar que o Governo estava prevendo para 1992 uma taxa de inflação da ordem de 220% e eu afirmei que ela estaria mais próxima dos 600%, com uma taxa mensal da ordem de 20%, e não declinando ao nível de 10% ou menos. E o fato é que esta previsão está ocorrendo.

Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Elcio Álvares.

O Sr. Elcio Álvares — V. Ex^a está realizando um trabalho de apreciação técnica, no momento em que está sendo festejado, em todo Brasil, a celebração do acordo com os credores externos. V. Ex^a tem participado com muita intensidade dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, mas muito mais ainda, tem sido um assíduo presente nas reuniões que foram realizadas exatamente com a equipe de Governo que negociou a conclusão do acordo.

Mas, independentemente do aspecto técnico, porque teremos oportunidade, agora, na Comissão de Assuntos Econômicos, com as luzes de todos os seus integrantes, de examinar profundamente esse acordo, gostaria de assinalar, que ontem, pela primeira vez, depois de tanto tempo, o Brasil ouviu uma palavra de otimismo. Com raríssimas exceções, a grande maioria dos representantes de segmentos da sociedade brasileira teve oportunidade de louvar o entendimento do Governo, reconhecendo que o acordo com os nossos credores externos representa uma nova era para a nossa economia. Logicamente, Senador Supply, esse entendimento tem aspectos que podem ser discutidos, como V. Ex^a tão bem faz, no contexto, no arcabouço da sua negociação total. Mas ninguém pode negar que o Brasil já estava meio cansado de palavras pessimistas; o Brasil já estava cansado de ouvir, todos os dias, notícias que não constroem. No momento em que está sendo celebrado o Ministro Marcílio Marques Moreira como grande negociador, através desse notável diplomata, que é o Dr. Pedro Ma-

lan, eu gostaria de destacar a participação do Senado da República não só nas fases preliminares do entendimento. Por sinal, neste momento, no plenário, encontra-se o Senador Esperidião Amin, que teve uma participação muito intensa, na qualidade de Relator, abordando exatamente alguns aspectos importantes da segunda fase da negociação. Mas o que eu gostaria de destacar, sobretudo — nisso V. Ex^a está incluído —, é que um grupo de Senadores, já há bastante tempo em contato não só com o Ministro Marcílio Marques Moreira mas também com o Dr. Malan e com todas as autoridades do setor, vem acompanhando de perto essa negociação. E seja louvado, nesse ponto, o procedimento do Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira. Ciente de que compete ao Senado a última palavra sobre o assunto, em nenhum momento se descurou de nos dar conhecimento de toda a evolução da negociação. Recordo-me de que tivemos cerca de sete ou oito encontros. E V. Ex^a, justiça seja feita, esteve sempre presente, com a — e é este o ponto fundamental do meu aparte — o revestimento de participação do Senado. Pela primeira vez fui contrário quando negociamos os juros atrasados. Tive oportunidade de manifestar-me na condição de um dos relatores, no sentido de que infelizmente recebíamos praticamente o acordo inteiramente acabado, sem qualquer possibilidade de intervenção dos Senadores. E houve ali o espírito público dos eminentes representantes desta Casa, que tiveram oportunidade de endossar o acordo, para que o processo não sofresse nenhuma interrupção naquilo que era o passo inicial do entendimento. Hoje, evidentemente, o acordo, até sob o ponto de vista de condições, pode ser criticado. V. Ex^a está colocando dentro do enfoque de crítica e análise, o que talvez seja o pensamento expresso do seu Partido e da sua participação. Mas ninguém pode negar — esse ponto é importante frisar — que ontem houve um alento nacional. Os pronunciamentos feitos pela televisão, na sua grande maioria, foram no sentido de saudar o Ministro Marcílio Marques Moreira e sua equipe, no momento em que o Brasil reingressa dentro de um clima de seriedade no mercado internacional.

Precisamos deslanchar; precisamos crescer; precisamos receber investimentos externos. E a partir deste momento, indiscutivelmente, o Brasil está equiparado a todos os países que cumprem com seus compromissos. E eu gostaria de assinalar este ponto, Senador Suplicy: o Senado da República, durante toda a fase de negociação, após evidentemente aquele primeiro acordo dos juros atrasados, esteve atento. E justiça seja feita ao Ministro Marcílio Marques Moreira e aos seus auxiliares, pois, em nenhum momento, S. Ex^a deixou de colher a opinião dos Srs. Senadores, principalmente nos momentos mais cruciais na negociação. O registro que eu gostaria de fazer, porque caberá a nós a palavra final do entendimento, é que o Senado da República também, dentro da sua ótica de atuação, dentro da sua forma de participação, esteve presente através de V. Ex^a, não no sentido de ser um a mais a dar opinião aquiescente, mas foi V. Ex^a um daqueles críticos que sempre alertou e balizou a equipe para que tivéssemos melhor proveito do entendimento final. Na verdade, vamos ter oportunidade de ouvir os debates, sobre os quais V. Ex^a dá hoje os toques preliminares, na Comissão de Assuntos Econômicos. No entanto, não se pode negar, a esta altura, que o entendimento do Brasil com os países credores na negociação da dívida externa representa uma notícia benfazeja, otimista. Queira Deus que possamos, a partir desse entendimento, deslanchar um pouco mais na área econômica, evitando a recessão, a inflação e o desemprego.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Senador Elcio Álvares, é necessário reconhecer a atenção com que o Ministro da Economia, o Sr. Pedro Malan, e o Presidente Francisco Gros procuraram dialogar com os Senadores tanto informal quanto formalmente em relação ao histórico da negociação da dívida externa. Reconheço também que houve um elemento de criatividade no pacote de opções oferecido pelo Governo brasileiro aos credores privados. O pacote constitui acordos realizados pela Costa Rica, pelo México, pela Venezuela ou pelo Uruguai, que, de alguma forma, representam segmentos do que sucedeu após o anúncio do Plano Brady.

Temos, no Senado, um assessor econômico, o Sr. Petrólio Portella Filho, que se tem especializado no assunto. Recentemente, em maio de 1992, publicou, pela Fundap, um estudo denominado “Plano Brady na América Latina — Balanço dos Primeiros Três Anos 1989-1991” —, através do qual explica que vêm sendo decepcionantes os descontos, tal como o de 35%, concedidos aos devedores. “A partir de uma análise dos mecanismos de negociação instituídos pelo Plano Brady, chegamos à conclusão de que foram elaborados de modo a não permitir grandes abatimentos da dívida. Ao lançar um plano baseado em reduções voluntárias, negociações cartelizadas, garantias de pagamentos e tutelamento dos devedores, o Governo americano contribuiu, em grande parte, para que os pacotes de abatimentos das dívidas ficassem muito aquém da expectativa.”

Certamente, vamos ter oportunidade de analisar, em detalhes, essas questões nos próximos dias, quando chegar a mensagem. Quero assinalar que precisaremos ter muito cuidado. Por exemplo, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior disse ontem à *Folha de S. Paulo*: impressão que se tem é de que o Governo tentou reforçar sua posição frágil neste momento e acalmar os banqueiros. Se a crise política não fosse tão intensa e a política econômica estivesse avançando no combate à inflação, o País certamente teria condições de obter um melhor acordo. Este não era o melhor momento para negociar com os credores”. Batista considera descabidas as projeções que apontam para uma redução de até 35% na dívida brasileira junto aos bancos privados, ou seja, cerca de 44 bilhões de dólares. Observa, ainda, que a única vantagem, caso o acordo seja ratificado, será uma pequena redução da dívida e dos juros. Em contrapartida, o Governo terá de bloquear parte de suas reservas e contrair novas dívidas junto aos organismos internacionais. Ou seja, o acordo tem elementos que não são inteiramente satisfatórios. No entanto, obviamente, precisaremos do detalhamento de todo o acordo para aprofundarmos essa análise. Eram essas as palavras que eu gostaria de dizer.

O Sr. Esperidião Amin — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Esperidião Amin — Acompanhei atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, que aborda — com dados — um assunto da maior importância. É lógico que o anúncio da efetivação do acordo torna mais oportuno o pronunciamento de V. Ex^a, que — justiça seja feita — guarda uma linha de coerência com as observações que tem feito no Senado — no plenário, na Comissão de Assuntos Econômicos e nas reuniões informais — a respeito do deslinde que o Senador Marco Maciel chamou muito apropriadamente de “Contencioso Internacional do Brasil”. Já que não temos questões de fronteiras, graças a Deus, o nosso contencioso internacional são

as finanças, ou seja, a busca da reinserção da economia do nosso País no cenário econômico internacional, um cenário que está apresentando nuances de reintegração, como as que foram ontem lembradas a todos nós pelo Senador João Calmon, nuances que mostram que dinheiro não tem pátria e segue um instinto muito apurado, muito atilado de dirigir-se no sentido da busca de locais para sediar, para ser aplicado o dinheiro onde não há hostilidades, onde há uma demonstração de receptividade. Então, é nesse cenário que eu gostaria de fazer dois comentários, aduzindo algumas informações ao que V. Exª está a nos dizer, e também aquilo que o Senador Elcio Álvares disse há pouco. Primeiro, é claro que nós gostaríamos de não pagar a dívida. Nenhum de nós pode imaginar que o País vai se sentir bem pagando 44 ou 50 ou 10 bilhões de dólares. Um País com as dificuldades que nós estamos, melhor seria que a dívida fosse transformada em crédito, e que fosse maior o crédito. Mas, a realidade dos fatos não é esta. Esta seria uma ilusão, isso seria um sonho, e o mundo real, hoje, inclusive, não oferece as alternativas de pólos ideológicos que valorizavam, pela contraposição dos pólos, valorizavam os países em desenvolvimento, países de Terceiro Mundo. Então, nesse cenário, eu não posso deixar de reconhecer, tenho a certeza de que V. Exª reconheceu de como será, que cumprindo o que sabiamente prescreve a Constituição Federal, o Governo brasileiro procurou manter os Senadores, os Líderes de partidos e aqueles que de uma forma ou de outra se interessam pelo assunto. Vou dar exemplo de um Senador que não é Líder de partido, mas que se interessa pelo assunto, Senador Ronan Tito. S. Exª não é Líder do PMDB, é integrante da Comissão de Assuntos Econômicos, mas é uma pessoa que estuda o assunto, que o acompanha. Então, o Governo, através do Ministro Marcílio Marques Moreira ou dos negociadores da dívida, Jório Dauster, Pedro Malan, do Banco Central, tanto por parte do Presidente do Banco Central quanto aos seus diretores da área externa, essas autoridades procuraram, Senador Suplicy, informando os fatos, das possibilidades, de sorte que não há surpresa, neste momento, para aqueles que acompanharam essas **démarches**. Este é um registro que eu acho que V. Exª também fez, mas eu gostaria de, aqui, ressaltar. O segundo registro é a respeito da circunstância: é difícil para o Brasil comemorar esse acordo, claro que é difícil. É difícil, porque nós estamos vivendo em um cenário onde, repito, a ideologia do egoísmo é o que sobrou, é o que mostra que restou aos países ricos. Essa ideologia do egoísmo, inclusive se materializou, antecorrem, e não há um conjunto de frustrantes conclusões do chamado G-7. Frustrantes para eles, inclusive, e mais do que frustrantes para o mundo: a ideologia do egoísmo. Quer dizer, o que que os ricos vão fazer? Vão fechar as suas fronteiras, porque o livre mercado, para eles, cada vez mais, é o livre mercado, no confinamento que eles já determinaram. Em compensação, as fronteiras alheias estarão abertas, na medida em que, a seu juízo, a sua segurança ou assuntos relevantes impuserem uma atitude comum. Foi demonstrado pela Suprema Corte americana. Isso vai numa escalada. E já no ano passado o Senador Edward Kennedy subscreveu aquele projeto — V. Exª e eu comentamos aqui é uma escalada. O projeto do Senador Edward Kennedy permite o assessoramento, a proteção — proteção — de culturas indígenas. Isso, em outros países, nos países da América. Agora, a Suprema Corte permite que, a juízo das autoridades americanas, se alguém perigoso para a segurança americana estiver em São Paulo, eles têm o direito de ir lá pegar, trazer o sujeito.

Sem exceção, na "marra", se me permitem a expressão. Então, essa ideologia do egoísmo se materializou nas frustrantes conclusões do G-7. Então não estou tirando de V. Exª o mérito da apreciação. Mas quero concluir este aparte, que já se arrasta por algum tempo, dizendo o seguinte: eu gostaria muito de ver o Senador Eduardo Suplicy esgotar as suas dúvidas — tenho a impressão que V. Exª não tem mais dúvida nenhuma sobre o acordo, porque V. Exª está mais bem informado do que nós.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y — Não, o acordo tem muitos novos detalhes que...

O Sr. Esperidião Amin — Também quero lhe dizer o seguinte. Tenho uma posição de compreensão do acordo porque conheço as alternativas que estavam postas. Mas nasci no dia de São Tomé, quero ver o papel pronto, quer dizer, o papel real. As alternativas, eu as conheço, acho que são as possíveis. Agora, o que assinaram, isso vamos conhecer provavelmente na semana que vem, nos próximos dias. Mas espero que V. Exª esclareça as suas dúvidas, o que será partilhado por nós também, mas gostaria muito de ver V. Exª votar de acordo com as suas conclusões, gostaria de ver, e não de acordo com limitações ou restrições preexistentes. Isso é que acho que seria importante, Senador Eduardo Suplicy. Porque é o último passo marcante na tarefa de reinserir o Brasil na economia mundial. Não é o passo desejado, não é o peso desejado, mas parece que é o possível. Vamos checar se é o possível. Mas gostaria muito que V. Exª pudesse enunciar o seu juízo ao final, sem as limitações preexistentes que V. Exª já apresentou, em votos anteriores e em assuntos similares.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y — Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Esperidião Amin, em especial à medida em que estiver garantida a retomada do crescimento, como resultado de um acordo que consiga colaborar para que seja eliminada, ao mesmo tempo, a inflação, haja o crescimento do emprego na economia, com a melhoria significativa do nível de emprego, aí acho que estaremos caminhando na direção correta. Entretanto, a avaliação que faço é que, até agora, o volume de recursos encaminhados ao exterior, pelo Brasil, tem sido além do compatível com esses objetivos. E mesmo com — na minha compreensão — aquilo que está definido como capacidade interna de pagamento, pela Resolução nº 82. Na minha avaliação, como V. Exª conhece, temos ultrapassado, e o próprio Senado tem sido um pouco leniente com os critérios colocados nessa resolução. Para um exame preciso, teremos aqui a oportunidade, por ocasião da apreciação desse acordo, de solicitar das autoridades econômicas, do Ministro Marcílio Marques Moreira, a respeito da evolução das metas de superávit primário, de senhoriação, de endividamento interno, que S. Exª havia previsto em abril passado para este ano. Agora, até agosto, já teremos condição de ter a evolução desses números.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy o Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin. (Pausa.) S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria hoje de abordar um assunto que acho de magna relevância em termos de respeito à cidadania, de organização do País. Enfim, é um ponto que servirá de debate, evidentemente, quando tiver oportunidade de ter maiores elementos em minhas mãos, porque começo a examinar o assunto com profundidade.

Em todos os países do mundo, a segurança de voo é um assunto insuscetível de qualquer discussão. Não só a segurança de voo, mas a qualidade dos serviços prestados pelas companhias aéreas.

No Brasil, temos lido no noticiário dos jornais e das revistas, principalmente das seções econômicas, que estamos vivendo uma crise em relação ao número de passageiros transportados. É muito natural, porque, evidentemente, com as medidas tomadas pelo Governo na área econômica diminuíram os negócios e, conseqüentemente, também diminuiu o número de passageiros.

Recentemente li em duas publicações matéria que considero da mais alta relevância. Não gostaria aqui de particularizar nome de empresas. Gostaria de falar em tese, porque entendo que esse assunto, que está disciplinado, inclusive, por uma lei complementar, merece uma atenção muito especial.

Comparei recentemente a um simpósio realizado pela ABRAJORI, que é a Associação Brasileira dos Jornais do Interior, e ouvi uma palestra muito interessante, proferida pelo Ministro Sócrates Monteiro, sobre o Ministério da Aeronáutica. Uma palestra muito bem centrada, mostrando exatamente a importância da Aeronáutica para o Brasil e indo mais além, demonstrando, até certo ponto, uma preocupação com as reduções sucessivas de verbas orçamentárias, dificultando, até certo ponto, a participação do Ministério da Aeronáutica dentro do contexto das atividades relacionadas com a vida civil.

Logicamente, o Ministro não falou em segurança de voo, mas deixou claro que até as atividades de treinamento e do exercício normal dos voos da Aeronáutica sofrem restrição. Teve até a oportunidade de dizer que o que faz um bom piloto, evidentemente, é o número de horas voadas; mas, em razão dos sucessivos cortes do orçamento da Aeronáutica, desse ponto havia até uma certa restrição no exercício dos bravos integrantes da nossa Força Aérea.

Tive a oportunidade de examinar a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, e um determinado trecho do Capítulo V, que faz referência exatamente às Disposições Complementares do art. 9º, estabelecendo o seguinte:

“a) compete como atribuição particular da Aeronáutica orientar, coordenar e controlar as atividades de aviação civil;

b) prover a segurança da navegação aérea;”

Então, a Aeronáutica tem, se não me engano, através do Departamento de Aeronáutica Civil, a responsabilidade de prover a segurança de voo. Então, todo esse sistema é altamente delicado, porque a segurança de voo não é somente a parte referente à companhia aérea, que tem a responsabilidade das suas aeronaves. É toda essa infra-estrutura imensa situada no território brasileiro, através de radares e outros aparelhos, que dá a segurança necessária para que as aere-

ves decolem e viajem com tranquilidade. Obviamente, o Departamento de Aeronáutica Civil tem, por força da lei complementar, esse poder de fiscalização.

Recentemente, numa revista de grande circulação brasileira foi publicada matéria referente a uma empresa de transportes aéreos brasileira, dizendo que as nossas empresas estão voando dentro do limite mínimo de segurança. Há ainda um detalhe, para o qual gostaria de chamar a atenção de V. Ex^{as} numa outra matéria que tive a oportunidade de ler, o Presidente do Sindicato dos Aeronautas diz que, neste momento, existem duas aparelhagens de segurança; uma aparelhagem que é considerada de importância fundamental e outra que é considerada uma aparelhagem acessória. Hoje, em virtude das condições, já se despreza a aparelhagem acessória e utiliza-se apenas a aparelhagem necessária à segurança fundamental. Ou seja, de uma forma ou de outra, segundo o representante maior dos aeronautas, estamos voando com uma redução de segurança, na medida em que não temos o primeiro dispositivo, que é dispensável no modo de entender da Aeronáutica. Mas, se é dispositivo de segurança, não pode ser dispensado...

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ÁLVARES — Pois não. Ouço com prazer o Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Elcio Álvares, ouço, com atenção, o pronunciamento que faz V. Ex^a, hoje, aqui no Senado. V. Ex^a traz um tema de uma importância fundamental. Temos a crise econômica estampada, trazendo dificuldades enormes para a nossa aviação e para a segurança de voo. Como disse muito bem V. Ex^a, a segurança não se limita só às companhias de aviação; a segurança deve existir também a nível de aeroportos, de CINDACTA. Queria dar um testemunho a V. Ex^a: quando Presidente da Comissão Mista de Orçamento, tivemos a preocupação de colocar recursos no Ministério da Aeronáutica para aparelhar a segurança de voo em toda a Amazônia. Para V. Ex^a ter uma idéia, a região Amazônica, com milhões e milhões de quilômetros quadrados, não tem segurança de voo. Inexiste segurança nos aeroportos da Amazônia Ocidental, como Rondônia, Acre, etc. O único lugar onde existe uma certa segurança é em Manaus, mas também já está defasada. E o que nos disse a Aeronáutica? Que com o contingenciamento do orçamento, esses recursos não dariam para comprar, para adquirir essa aparelhagem tão necessária à segurança de voo. Hoje, temos consciência de que não só na região Amazônica, mas no Brasil inteiro, há a necessidade de se fazer um novo estudo para que o sistema de segurança de voo neste País não chegue a um ponto ainda mais precário do que já se encontra. É perigosíssima a situação que estamos vivendo com a segurança de voo no Brasil. Há outro aspecto ainda mais grave, Senador Elcio Álvares. Se V. Ex^a tiver oportunidade de visitar o CINDACTA, aqui em Brasília, V. Ex^a verá que aqueles cidadãos que são responsáveis, são homens que estão ganhando o seu salário irrisório para a responsabilidade que têm. E com isso criam um clima altamente perigoso e que está nos trazendo uma série de preocupações. É preciso que se resolva esse problema sério da segurança e da aviação no Brasil, sob pena de começarmos a ter, não quero ser fatídico, não quero ser o profeta do Apocalipse, mas teremos sérios problemas nessa segurança de voo, não só nas regiões mais distantes do Brasil, como São Paulo, Rio, Belo Horizonte, o sul do País e a Região Amazônica, que é totalmente desprovida

de segurança de voo, totalmente desprovida. Para V. Ex^a ter uma idéia, temos um aeroporto no Estado de Rondônia, na cidade de Vilhena, onde o avião não desce à noite porque não tem as condições de instrumento, não existe instrumento no aeroporto para que desça. Se houver alguma emergência nessa região imensa, não sei o que fazer, não sei qual é a alternativa. E para isso chamamos a atenção, na Comissão de Orçamento, quando alocamos recursos para suprir a Aeronáutica com esses instrumentos de segurança de voo, e ouvi alguns comentários, dizendo que o Ministro da Aeronáutica teria, em conversa, dito que não tinha nem dinheiro para pagar a sua instalação recurso esses que estavam sendo locados para a alimentação da tropa da Aeronáutica. Então, V. Ex^a traz a esta Casa um assunto muito importante, chamando a atenção para esse grande problema que é a segurança de voo no Brasil. Precisa-se de uma solução urgente. Quero parabenizá-lo por essa preocupação, que entendo ser de todos nós.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Agradeço o aparte do Senador Ronaldo Aragão, que fotografa realmente uma área do Brasil, na qual S. Ex^a tem uma participação política tão intensa, e me traz à lembrança um episódio que não é muito recente, mas ainda está na memória de todos, quando o um avião da Varig, que iria fazer a rota para Belém, se perdeu na Floresta Amazônica, inclusive caiu, provocando um grande número de mortes e, felizmente, graças a Deus, salvaram-se algumas pessoas, inclusive o piloto. Mas na explicação que foi dada —, isso é que é grave —, ficou esclarecido que numa determinada área da Região Amazônica não há contato de rádio, nem o contato da aeronave com a terra, fazendo com que o piloto não tivesse a mínima noção de onde se encontrava naquele momento em que a sua aeronave estava inteiramente fora da rota. Houve um erro evidente de falha humana, mas que não deixou de ter a sua repercussão. Se ele tivesse um balizamento através dos instrumentos de segurança, ele poderia retornar à sua rota primitiva e continuar o voo com tranquilidade, apesar de um pequeno desvio.

Está sendo apurado um curto acidente também, coincidentemente também na região do Acre, alguns pronunciamentos do Sindicato dos Aeronautas foram feitos, algumas revistas têm especulado isso, mas até o momento não há certeza das causas determinadas da queda de um avião 737-200, usado normalmente nos voos daqui para Belo Horizonte e de Belo Horizonte para Vitória, enfim, na rota normal do Brasil. Houve até dúvidas e não posso nem admitir isso, que a turbina dessa aeronave estava com sua capacidade reduzida, e esse debate trouxe um fato que merece ser investigado, em virtude da crise econômica — queremos dizer que temos uma certa solidariedade com as empresas. Realmente, elas estão pagando um tributo, que é o tributo nacional da recessão, as empresas estão reduzindo o número de mecânicos nos aeroportos. Não é só número de mecânicos — aí também vale por extensão — é o serviço de bordo, é o serviço daqueles que têm o atendimento ao público.

Agora, esse ponto é grave. Porque no momento em que a norma de segurança de voo determina a presença de três mecânicos no aeroporto e há uma redução, obviamente, pela pressão do próprio serviço aéreo, às vezes, é dada uma solução que não corresponde à tranquilidade do voo.

Cito um caso. Recentemente, em Belo Horizonte, antes da aeronave levantar voo, permanecemos uma hora no aeroporto dentro da aeronave. Como sempre — é do sistema da empresa — não houve uma informação in concreto do

fato. Depois de muito instância ficou revelado que o avião havia um problema no sistema de pressurização. Tinha chegado de São Paulo com esse defeito, tinham conseguido acertar o problema, embarcar os passageiros, e, no momento, em que fizeram o teste final, o sistema de pressurização não funcionou. Permanecemos uma hora dentro da aeronave, com um calor imenso, por sinal. Quando já estávamos sendo convidados a passar para uma outra aeronave, informaram que tinha sido restabelecido o sistema de pressurização.

Não entendo de mecânica de aeronave, mas, obviamente, já tinha dado um defeito, anteriormente, quando ele desceu, recuperado o defeito, ele se reinstalou, então, esse cara diria que, durante o voo, não voltaria a dar o defeito. Ainda mais, volto a repetir, há uma grande precariedade de mecânicos.

Agora, numa recente publicação, foi denunciada uma outra prática que reflete bastante o sistema com que as nossas empresas estão operando, para não dizer da redução do número de voos. É natural, a empresa está se defendendo. Ela não pode ter um custo maior do que aquilo que ela pode pagar. Então, já houve um sacrifício de linhas. Em Vitória, por exemplo, estamos sofrendo isso muito diretamente. Então, acho que é o Brasil inteiro. Tenho depoimentos aqui dos senhores senadores. A defesa da empresa é natural, é lógica, é racional.

Mas o que ocorre em razão disso? Aí é outro ponto que quero destacar. A queda do número de passageiros é flagrante. Quem viaja em aeronaves, hoje, verifica que alguns estão voando praticamente vazios.

Por outro lado, o que não deixa a ver a percepção do problema, com maior agudeza, as passagens estão subindo de uma forma proibitiva. A classe média não está podendo pagar mais o preço de uma passagem aérea. Porque o preço de uma passagem aérea, hoje, realmente, é bastante elevado, o que, às vezes, não há explicação. Porque o que seria natural era pagar o maior número de passageiros, evidentemente com passagens reduzidas, mas as empresas estão tendo também outro recurso que acho natural: cada uma é dona do seu negócio. Só não pode haver dúvida, volto a repetir, é na hora em que chega a segurança de voo.

Outra acusação frontal, em que está se praticando o canibalismo — esse é o termo usado — com as aeronaves que integram as nossas companhias, ou seja, tirar uma peça de um avião e colocar em outro. Foram até publicados alguns boletins de mecânicos, reclamando a inexistência de peças nas aeronaves que são, até certo ponto, necessárias. Falar-me que há dois tipos de segurança: as peças de segurança que são as chamadas vitais, fundamentais, e aquela que se consideraria acessória.

Mas no momento em que essa prática de canibalismo está sendo denunciada, quando o Presidente do Sindicato dos Aeronautas vai aos jornais e diz que os pilotos estão viajando intranquilos, o que é muito grave.

A minha tese é a de que viajar de avião é tranquilo, porque não é muito provável um piloto, um comandante, ou os tripulantes de uma aeronave voar sem condições. A vida deles também estaria em jogo. Essa pressão enfrentada para obter um emprego e os problemas das companhias aéreas provocam exaustão. O cidadão, ao fazer seu julgamento quanto à segurança, torna-se, até certo ponto, benevolente e viaja com a aeronave em condições. Queira Deus, conforme disse o Senador Ronaldo Aragão, não sejamos aqui profetas de alguma coisa muito grave. Se acontecer um desastre, já é parte de um capítulo que se vem desenrolando.

E por que a razão do meu pronunciamento, hoje? O cidadão brasileiro, principalmente, é muito postergado nos seus direitos. No momento em que existem dúvidas sobre segurança de voo, os jornais e revistas se ocupam do assunto o mínimo que se pode esperar. E uma nota esclarecedora da companhia aérea é, aí, mais importante ainda; há obrigatoriedade de o Departamento de Aeronáutica Civil vir a público declarar que os voos do Brasil estão sendo feitos dentro dos padrões de segurança. Saiu uma notícia na revista *Veja* — e nem posso admitir que ela seja inteiramente verdadeira, apesar da credibilidade da publicação — que dizia que uma autoridade do Departamento de Aeronáutica Civil teria ameaçado a empresa no sentido de decretar a intervenção, caso a empresa não melhorasse os seus serviços. Isso não pode acontecer. Em segurança de voo, não há meio termo, não há meia palavra: a companhia deve preencher os requisitos mínimos de segurança e, nesse caso, eu diria o máximo possível, porque, em se tratando de segurança não se pode ficar, conforme diz a revista *Veja*, voando no limite. Tem-se que voar dentro de um espaço em que o limite seja a última hipótese. Nesse instante, respeito as razões que devem assistir ao eminente Ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro de quem ouvi uma palestra — conforme eu falei — recentemente expondo as dificuldades orçamentárias do Ministério da Aeronáutica. Não podemos deixar de cobrar de público que o Departamento de Aeronáutica Civil, em virtude das notícias que estão se amudando em termos de segurança de voos, compareça através dos veículos de comunicação brasileira e dê informações. Diria, mais: fosse feito, dentro dessa gama de publicidade diária, uma divulgação demonstrando como se opera a segurança de voo, porque, conforme disse o Senador Ronaldo Aragão, e esse aspecto também me assusta, os operadores do Cindacta, segundo também tive a oportunidade de ler, ganham salários bastante reduzidos, havendo, inclusive, até uma dúvida a respeito da sobrecarga de serviço. Logicamente, o cidadão que tem sob a sua responsabilidade uma torre de controle de voos, tem sua atenção voltada totalmente para esse setor. São elementos que devem ser preservados na sua atividade de trabalho, porque não podem, de maneira alguma, cometer o mínimo erro, sob penas desse erro custar vidas preciosas.

Até o momento, apenas registramos um primeiro desastre decorrente de falha do sistema de sustentação de terra. O segundo desastre aéreo recente ocorreu com um avião cargueiro, onde existiam três pessoas. Evidentemente, esse caso precisa de uma explicação muito ampla e cabal.

Talvez este pronunciamento seja o primeiro de uma série, faço-o de forma aligeirada, baseado exclusivamente em recortes de jornais. Mas, pela gravidade do assunto, por entender que é nossa obrigação também tratar deste tema da mais alta importância, faço esse primeiro pronunciamento. Por certo, o Departamento de Aeronáutica Civil, as próprias empresas envolvidas irão pronunciar-se sobre o assunto. Desde o dia em que foram publicadas as notícias até hoje, estou esperando que a própria empresa envolvida no episódio e o Departamento de Aeronáutica Civil dessem uma nota tranquilizando a sociedade. Mas não ouvi nem uma coisa e nem outra. Pelo contrário, li uma entrevista do Presidente do Sindicato dos Aeronautas e li essa pequena notícia de uma autoridade do Departamento de Aeronáutica Civil advertindo uma possível intervenção. Mas nota oficial, esclarecimento cabal, nenhum.

Dirijo, neste momento, ao Departamento de Aeronáutica Civil uma solicitação pública para que dê a todos os brasileiros

a explicação necessária sobre a segurança de voos do território nacional. Se estiver acontecendo o que foi mencionado pelo Senador Ronaldo Aragão no sentido da carência de recursos, não podemos, na elaboração orçamentária, sob pena de nos afastarmos dos nossos propósitos, negar à Aeronáutica as verbas necessárias para que ela possa dar cumprimento cabal à Lei Complementar 61/91, provendo a segurança de voo de uma maneira efetiva, logicamente, no momento em que ela faz essa fiscalização, existe um deslocamento não só daquelas autoridades do setor, mas, também, transportes e outros equivalentes. Se o próprio programa de voo da Aeronáutica está sendo sacrificado de maneira brutal, conforme tive a oportunidade de ouvir de parte do Sr. Ministro da Aeronáutica, então, por extensão, aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar a segurança de voo também estão sendo atingidos por essas reduções das verbas orçamentárias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria que esse discurso fosse uma advertência que ecoasse junto às autoridades e empresas que são atingidas pelos noticiários, de forma direta.

Queira Deus que esse meu discurso não esteja anunciando qualquer fato que, em razão evidentemente dessa insegurança, possa acontecer.

Dessa forma, solicito de público que o Departamento de Aeronáutica Civil e a empresa envolvida no noticiário nos deem uma satisfação para que tenhamos a convicção de que o sistema de voo, que, pelo que estamos sentindo é precário, tenha os requisitos mínimos de segurança, para que as aeronaves e os passageiros possam viajar em paz e em tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PDS — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar a passagem do centésimo primeiro aniversário de criação do Município de Boa Vista, capital do nosso querido e jovem Estado de Roraima, que transcorreu ontem, dia 9 de julho. Ao ultrapassar os cem anos de existência, Boa Vista é uma jovem e elegante cidade de face moderna, com ruas planejadas e uma arrojada arquitetura.

Abrigando a maioria da população do Estado. Boa Vista começa a tomar corpo de metrópole, fruto do intenso fluxo migratório que tem levado para Roraima brasileiros das mais diversas regiões do País. O crescimento de sua população tem trazido os problemas que normalmente acompanham o crescimento populacional de áreas urbanas, carecendo dessa forma do necessário investimento nos setores de infra-estrutura, principalmente saneamento básico, para garantir uma saudável e organizada continuidade de seu crescimento.

Saudamos a população da capital do nosso Estado, desejando que os anos vindouros tragam uma realidade mais feliz, com melhores oportunidades para todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, participei, nos dias 8 e 9 do corrente, de duas importantes solenidades no Palácio do Planalto, relacionadas com significativo estímulo do Governo para a solução de problemas sociais e incentivo à atividade econômica.

Há poucos dias comentei, no Senado, anúncio do Ministro Ângelo Calmon de Sá de que a Secretaria de Desenvolvimento Regional começava a realizar a liberação progressiva de um

montante de Cr\$4,2 trilhões prometidos pelo Governo ao Nordeste e destinados a investimentos em turismo, agroindústria, irrigação, agropecuária, assentamento e produção rural, recursos estes que seriam liberados até o final do exercício de 1992.

Da solenidade do dia 8 participaram 11 governadores que assinaram convênios no valor de Cr\$343 bilhões com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e a Secretaria de Desenvolvimento Regional, objetivando, além de infraestrutura para irrigação, construção e restauração de rodovias, desassoreamento de rios, projetos de abastecimento de água e instalação de pólos industriais.

Estes convênios, Sr. Presidente, representam um significativo e valioso apoio do Presidente Fernando Collor aos Governos Estaduais e Municipais, visando acelerar o equacionamento de carências sociais e o incentivo econômico, principalmente na área da produção rural e na economia de subsistência do Nordeste.

A outra solenidade, ocorrida na tarde de ontem, destinou-se à liberação de novos recursos para o Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, do Banco do Brasil, e celebração de acordos de cooperação financeira com bancos estrangeiros, contratos de financiamento para atividades de produção com o Estado de Mato Grosso do Sul e Tocantins e convênios para apoiar atividades nas áreas de cultura e saúde, conforme convite que me foi enviado pelo Presidente Lafaiete Coutinho.

Esta cerimônia, bastante concorrida, com significativa participação de representantes da classe empresarial, transmitiu aos presentes a grande receptividade com que essas medidas foram acolhidas e o agradecimento dos que empregam e produzem ao Presidente Fernando Collor por mais esta providência relacionada com o apoio à iniciativa privada, visando a retomada de nosso crescimento econômico.

Na oportunidade falou, em nome do empresariado, o Senador Albano Franco que, em breves palavras de admirável precisão, fez uma rápida radiografia do setor, mostrou as principais dificuldades, as perspectivas, o empenho da iniciativa privada em contribuir para a solução da crise econômica e os agradecimentos ao Presidente Fernando Collor e ao Presidente do Banco do Brasil Lafaiete Coutinho pela liberação dos primeiros Cr\$120 bilhões destinados ao apoio às micro, pequenas, e médias empresas.

E concluiu o Senador Albano Franco o seu discurso afirmando: "Numa hora difícil como esta, o empresariado brasileiro deseja externar o seu mais profundo apreço ao seu Presidente da República que tem sabido tão bem manter-se no comando de suas responsabilidades, demonstrando à Nação que a economia não pode parar; que as atividades produtivas têm de ser sustentadas; que os investimentos — por menores que sejam — têm de ser estimulados. Estes últimos dias têm nos ensinado que o Brasil possui instituições para cuidar da crise política, enquanto nós, empresários, nos encarregamos de ajudar a superar a crise econômica".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acontecimentos como estes realmente merecem grande repercussão, porque são extraordinariamente importantes numa época em que procuram campear o descrédito e o desânimo neste quadro de crise, quando a postura mais benéfica ao País é a iniciativa, o entusiasmo e a confiança.

Desta tribuna, Sr. Presidente, quero manifestar o meu aplauso a estas medidas determinadas pelo Presidente Fernando Collor de Mello e congratular-me com os Ministros Ângelo Calmon de Sá, da Secretaria de Desenvolvimento Regional;

antonio Cabrera, do Ministério da Agricultura; Jorge Bornhausen, da Secretaria de Governo; Marcílio Marques Moreira, da Economia; com o Presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho e com os Governadores do Nordeste, de Mato Grosso e Tocantins, que assinaram os Convênios.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento, do discurso do Senador Albano Franco e da relação de entidades beneficiárias, decorrente dos atos assinados pelo Presidente Lafaiete Coutinho, do Banco do Brasil.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Discurso do Senador Albano Franco

Senhor Presidente,

Aqui estão os que produzem. Aqui estão os que empregam. Os que pagam salários; os que recolhem impostos.

Os produtores do Brasil vêm a Vossa Excelência para afirmar e reafirmar que continuam cumprindo com sua missão básica — a de produzir.

Problemas existem, ninguém pode negar. Mas é inegável também que a despeito de todas as dificuldades, o empresariado brasileiro vem mantendo as prateleiras abastecidas. Crise mesmo é quando um país é surpreendido com as prateleiras vazias.

Conhecemos bem as dificuldades do Governo. Vossa Excelência está tendo a coragem de atacá-las na sua raiz. O Governo tem dado mostras de seu realismo. A economia não podia continuar ameaçada por sobressaltos de choques e pacotes. Rendemos aqui a nossa homenagem ao Ministro Marcílio Marques Moreira, cuja tranquilidade e bom senso têm sido cruciais para manter a ordem atual. Mas ele e o Presidente Collor merecem o nosso mais decisivo apoio na aprovação de uma ampla reforma fiscal. Sem isso o equilíbrio econômico continuará como apenas um sonho.

Felizmente, nós do setor privado, continuamos vivos. Temos sofrido muito — é verdade. Mas a garra do pequeno e médio empresário está viva. Viva como nunca. É gente que combina a família com os empreendimentos. Gente que não tem horário para parar. Gente que trabalha sete dias por semana.

Essa gente continua contribuindo. Dando emprego e enchendo as prateleiras. É essa gente que agora recebe, uma vez mais, a atenção de Vossa Excelência.

A CNI, CNC e Federações sentem-se gratificadas ao ver que o seu pleito atingiu a sensibilidade de Vossa Excelência. Aplaudimos quando foram liberados os primeiros 120 bilhões de cruzeiros. Aplaudimos agora esta liberação adicional de 180 bilhões. O crédito à pequena e média empresa é a seiva necessária para manter viva a garra do empresário. Cumprimentamos o Presidente Lafaiete Coutinho pela sua operosidade neste programa, que tem a mais alta importância para as pequenas e médias empresas.

Numa hora difícil como esta, o empresariado brasileiro deseja externar o seu mais profundo reconhecimento à conduta democrática de Vossa Excelência. O empresariado brasileiro expressa aqui, publicamente, o mais profundo apreço ao seu Presidente da República que tem sabido tão bem manter-se no comando de suas responsabilidades, demonstrando à Nação que a economia não pode parar; que as atividades produtivas têm de ser sustentadas; que os investimentos — por menores que sejam — têm de ser estimulados. Estes últimos dias têm nos ensinado que o Brasil possui instituições

para cuidar da crise política, enquanto nós, empresários, nos encarregamos de ajudar a superar a crise econômica.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Que Deus continue iluminando o seu caminho para que o Brasil de amanhã seja bem diferente do de hoje.

Relação de entidades beneficiárias:

1. O Banco do Brasil libera, nos meses de julho, agosto e setembro, mais Cr\$180 bilhões para o Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Portes — MIPEM-OURO, reforçando sua atuação como financiador das micro, pequenas e médias empresas brasileiras.

Assina: Lafaite Coutinho Torres

2. O Presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho Torres, e o Governador do Amapá, Annibal Barcellos, assinam fiança no valor de 10,56 milhões de dólares e empréstimo **down payment** de 2,64 milhões de dólares para importação pelo Governo do Estado do Amapá, de geradores elétricos de origem russa, ampliando a capacidade de geração de energia elétrica para aquele Estado.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Governador Annibal Barcellos.

3. O Banco do Brasil e o Barclays Bank assinam convênio para abertura de linha de crédito, no valor total de 175 milhões de dólares, para financiamento de pré e pós embarque de exportações brasileiras para os Estados Unidos.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Ademar Lins de Albuquerque, Representante no Brasil do Barclays Bank.

4. O Banco do Brasil e o Banco Nacional de Comércio Exterior do México — BANCOMEXT assinam carta de intenção para estabelecimento de linhas comerciais recíprocas, visando a incrementar as relações comerciais entre os dois bancos.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Eligio Serna, Representante no Brasil do Banco Nacional de Comércio Exterior do México — Embaixador Jesus Cabrera Muoz Ledo.

5. O Presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho Torres, assina a abertura de linha de crédito — Pró-Saúde, no valor de Cr\$150 bilhões, destinada a antecipar os pagamentos do Inamps aos hospitais conveniados.

Assina: Lafaite Coutinho Torres.

6. A Fundação Banco do Brasil e a Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo assinam protocolo de intenções para liberação de recursos complementares, no valor de Cr\$526 milhões, destinados ao desenvolvimento do projeto "Transplante de Medula Óssea II", que irá permitir a consolidação das técnicas de transplante de medula óssea no Brasil e sua aplicação a um número maior de pacientes.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Prof. Dalton de Alencar Fischer Charmane, Diretor-Presidente do Hemocentro — Dr. Sérgio Bwdlowksi, Coordenador do Projeto.

7. A Fundação Banco do Brasil e a Fundação Zerbini assinam convênio, no valor de Cr\$678 milhões, visando à complementação de recursos para o projeto "Informática Médica para Cardiologia".

Assinam: — Lafaite Coutinho Torres — Eurícles de Jesus Zerbini, Presidente da Fundação Zerbini — Onadyr Marcondes, Diretor da Fundação Zerbini.

8. O Presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho Torres, assina contratos para implantação de agroindústrias e ampliação de empreendimentos turísticos com empresas de Mato Grosso do Sul:

* Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. — COCAMAR — Valor: Cr\$2 bilhões, com

recursos do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste — FCO.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Luiz Lourenço, Presidente da Cocamar.

* Internacional Palace Hotel — Valor: Cr\$598 milhões, financiados pelo Fundo Constitucional para o Centro-Oeste — FCO;

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — João Batista de Sá, Presidente da Albuquerque e Sá Ltda.

* Giordani Costa — Hotéis e Turismo — Valor: Cr\$793 milhões com recursos do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste — FCO.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Luiz Carlos Giordani, Diretor-Presidente da Giordani Costa Hotéis e Turismo Ltda.

* ET Empreendimentos Turísticos Ltda. — Valor: Cr\$355 milhões financiados pelo Fundo Constitucional para o Centro-Oeste — FCO

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Henrique Pereira Coelho, Diretor-Presidente da ET Empreendimentos Turísticos Ltda.

9. O Banco do Brasil e a Fundação Casa de Rui Barbosa assinam protocolo de intenções para execução do projeto "História do Banco do Brasil", com o objetivo de realizar pesquisa sobre a história do Banco desde 1951 até os dias atuais. Todos os fatos serão editados e publicados no sexto volume da coleção, completando, assim, a história do Banco do Brasil desde a sua criação, em 12 de outubro de 1808.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

10. A Fundação Banco do Brasil libera Cr\$145 milhões destinados à montagem da peça "As Bruxas". O espetáculo, que contará com a direção de Luiz Arthur Nunes e um renomado elenco, tem sua estréia prevista no Teatro Tereza Rachel, na cidade do Rio de Janeiro.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Atriz Tereza Rachel.

11. O Presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho Torres, e a atriz Marília Pera assinaram protocolo de intenções visando à elaboração de projeto de patrocínio para a comédia musical "A Prima Dona — Grande Recital Operístico e Conversações Instrutivas sobre a Vida e a Arte dos Artistas", de Alcione Araújo.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Atriz Marília Pera.

12. A Fundação Banco do Brasil e a Arquidiocese de Salvador (BA) assinam protocolo de intenções para recuperação do arquivo da Cúria Metropolitana, além de possibilitar, ainda, a instalação de um moderno centro de documentação, com laboratório para restauração e conservação de papéis.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Dom Lucas Moreira Neves.

13. O Banco do Brasil assina protocolo de intenções com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) para restauração da Praça Carlos Chagas, também conhecida como Praça da Assembléia. O projeto de restauração conta com a assinatura do paisagista Roberto Burle Marx.

Assinam: Lafaite Coutinho Torres — Eduardo Azeredo, Prefeito Municipal de Belo Horizonte (MG) — Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

14. A Fundação Banco do Brasil e a Associação Obras Sociais Irmã Dulce assinam protocolo de intenções visando à liberação de recursos para aquisição de centro cirúrgico,

central de material de esterilização e unidade de tratamento intensivo para o Hospital Santo Antônio.

Assinam: Lafaíete Coutinho Torres — Maria Rita Lopes Pontes, Presidente da Associação Obras Sociais Irmã Dulce.

15. O Banco do Brasil e a Comunidade Produções Artísticas Ltda., assinam protocolo de intenções visando à participação do Grupo Tá Na

Rua no Festival Ibero-Americano de Teatro, que se realizará em Cádiz, na Espanha.

Assinam: Lafaíete Coutinho Torres — Amir Haddad, Diretor do Grupo.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Amir Lando — César Dias — Darcy Ribeiro — Dário Pereira — Elcio Álvares — Garibaldi Alves — Humberto Lucena — João Calmon — João França — José Paulo Bisol — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Marco Maciel — Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 510, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito, no dia 9 de julho de 1992, em cadeia nacional de rádio e televisão, pelo Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Mello, acerca da conclusão do acordo com os bancos comerciais estrangeiros relativo à dívida externa brasileira.

Sala das Sessões, 10 de julho de 1992 — Senador Elcio Álvares

(Ao exame da Mesa Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — De acordo com o art. 210 do Regimento Interno, o requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1992 (nº 2.990/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º, da Constituição Federal e dá outras providências. (Em regime de urgência.)

— 2 —

MENSAGEM Nº 238, DE 1992

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Mensagem nº 238, de 1992, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo, no valor de até cento e vinte e seis milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar o Projeto de Descentralização do Transporte Ferroviário Metropolitano no Estado de São Paulo, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU. (Dependendo de parecer.)

— 3 —

MENSAGEM Nº 253, DE 1992

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Mensagem nº 253, de 1992, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo, no valor de cinquenta milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto Nacional de Controle da Poluição Industrial — POLUBRÁS. (Dependendo de parecer.)

— 4 —

OFÍCIO Nº S/17, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Ofício nº S/17, de 1992, pelo qual a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro solicita autorização para emitir e colocar no mercado, através de ofertas pública, Letras Financeiras do Tesouro daquele Município (LFTM — RJ), vencíveis no segundo semestre de 1992. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h30min)

5ª reunião extraordinária da Comissão Diretora, realizada em 8 de julho de 1992

Às dez horas e trinta minutos do dia oito de julho de um mil, novecentos e noventa e dois, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente; Alexandre Costa, Primeiro Vice-Presidente; Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário; Márcio Lacerda, Segundo Secretário; Saldanha Derzi, Terceiro Secretário; Meira Filho e Lavoisier Maia, Suplentes; e dos Líderes Partidários José Eduardo (PTB), Esperidião Amin (PDS), Ney Maranhão (PRN), Maurício Corrêa (PDT), Marco Maciel (Governo), Fernando Henrique (PSDB), Eduardo Suplicy (PT), e Mansueto de Lavor, pela Liderança do PMDB.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Carlos Alberto De =Carli, Segundo Vice-Presidente; e Iram Saraiva, Quarto Secretário.

Na abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente explica que o principal motivo da reunião seria a definição da pauta de votações para os próximos dias, contemplando sobretudo as proposições alusivas a: isonomia salarial entre os servidores públicos, modernização do sistema portuário e reforma agrária. Refere-se ainda, aproveitando a presença, simultaneamente, dos Senhores Líderes Partidários e de membros da Comissão Diretora, à conveniência de se submeter à consideração de todos a questão do pagamento da ajuda de custo devida aos Senhores Parlamentares em decorrência da convocação extraordinária do Congresso Nacional, formalizada pelo Senhor Presidente da República. Justifica o Senhor Presidente, dando ciência aos participantes da reunião, do teor de expediente subscrito pelo Deputado Eduardo Jorge, contrário ao pagamento.

O primeiro item colocado ao debate é o projeto de lei que estabelece a isonomia salarial entre os servidores dos três Poderes, no momento em exame na Câmara dos Deputados. Ouvidos a respeito, os Líderes Partidários acatam sugestão do Senhor Presidente, no sentido do encaminhamento, na primeira sessão do Senado, após o recebimento dos autógrafos da outra Casa, de requerimento para que a matéria seja votada em urgência, na conformidade com o disposto na alínea c do artigo 336 do Regimento Interno. O expediente assinado, ato contínuo, pelos Senhores Líderes, ensejará a apreciação da matéria na segunda sessão ordinária subsequente à aprovação do requerimento, na chamada urgência C.

A seguir, o Senhor Presidente submete à consideração dos presentes o rito a ser cumprido na apreciação, pelo Senado, do projeto de lei que trata da modernização do sistema portuário brasileiro.

Após debates, em que os Líderes manifestaram sua opinião a respeito, decide-se, por consenso, que a matéria, para abreviar a tramitação, deverá ser examinada apenas por uma Comissão Técnica, provavelmente a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com um prazo de aproximadamente uma semana a dez dias, para que emita parecer.

A Comissão Diretora e os Líderes examinam também a tramitação de projeto de lei sobre reforma agrária. O Senhor Presidente pede a manifestação de todos os presentes, que igualmente concordam com a aplicação do regime de urgência C, a ser formalizado, mediante requerimento, nos próximos dias.

Por último, o Senhor Presidente coloca em debate a questão do pagamento, aos Senadores, da ajuda de custo pela convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Todos os senhores Líderes manifestam-se pela legitimidade do pagamento, fazendo colocações a respeito os Líderes: José Eduardo, do PTB; Mansueto de Lavor, do PMDB; Ney Maranhão, do PRN; Fernando Henrique, do PSDB; Marco Maciel, do Governo e do PLF; Esperidião Amin, do PDS; Eduardo Suplicy, do PT.

Os membros da Comissão Diretora, ouvidos a seguir, manifestam-se igualmente a favor do pagamento da ajuda de custo.

Na conclusão, é dada a palavra ao Sr. Terceiro Secretário que, como Relator, apresenta parecer favorável à consulta formulada pelo Diretor-Geral a respeito do procedimento a ser observado quanto à questão do pagamento da ajuda de custo aos Senadores.

No seu parecer, o Relator estabelece os procedimentos administrativos a serem cumpridos, determinando o pagamento da primeira parcela da ajuda de custo imediatamente, sujeitando-se à devolução os parlamentares que não estiverem presentes a, no mínimo, dois terços das sessões.

O parecer é discutido e aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 8 de julho de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

PORTARIA Nº 42, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal no uso de sua competência regimental e regulamentar, resolve designar os servidores FRANCISCO DE OLIVEIRA PEREIRA, Chefe do Serviço de Telecomunicações, EURÍPEDE BARSANULFO DE MORAES, Técnico Legislativo, e ALDEMIR JULIANO DA SILVA, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Especial encarregada de promover a instalação do equipamento PABX MD110 da Ericsson, no Senado Federal, durante o mês de julho de 1992.

Brasília, 8 de julho de 1992. — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro-Secretário.